

Leia-se:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	
DATAS	ATIVIDADE
27/09/2023	Abertura das inscrições
27/09 a 28/10 de 2023	Inscrições de propostas
28/10 a 06/11/ 2023	Seleção das propostas, análise da banca avaliadora.
09/11/ 2023	Publicação da lista dos selecionados
09 a 10/11/2023	Período de recursos para propostas inabilitadas
10 a 11/11/ 2023	Análise de recursos e mérito com base nos critérios apresentados no item 8.1 deste Edital.
13/11/2023	Publicação de deferimento de recurso e Propostas selecionadas.
13/11/2023 a 17/11/2023	Assinatura de Termo de execução cultural pelos proponentes selecionados.
20 a 24/11/2023	Período para transferência do prêmio
24/11/2023 a 24/02/2024	Execução do projeto
Até 24/03/2024	Prestação de contas

Renan Costa Barcelos
Secretário Municipal de Cultura
Dec. 394/2023

Protocolo: 16838

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

PORTARIAS

PORTARIA Nº 105/2023 – SEMEL

Dispõe sobre a designação do Gestor da Parceria para assistir e subsidiar a Secretária Municipal de Esporte e Lazer e dá outras providências. O SECRETÁRIO ADJUNTO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 234, de janeiro de 2021. CONSIDERANDO a necessidade de atender o disposto no art. 8º inciso III, art. 35 inciso V alínea g da Lei 13.019/2014 – Lei do Regime Jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Wellise da Silva Nunes – Auxiliar Adm – Mat nº 6932), lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEMEL, para exercer a função de Gestora da Parceria, que representará a SEMEL perante a Associação Esportiva dos Veteranos de Parauapebas – ASSEVEPA e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle, devendo ainda:

I A Gestora deve acompanhar e fiscalizar a parceria emitindo o relatório técnico do resultado dessa fiscalização, que será a comprovação da presença do poder público no local do objeto da parceria, sem prejuízo das obrigações da comissão de monitoramento e avaliação, que versa sobre o andamento do objeto, de maneira que possa intervir exigindo adequações ou glosas caso perceba a ocorrência de algo divergente ao especificado no plano de trabalho;

II Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no termo de fomento, visando o local onde a parceria esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da parceira para instruir possível procedimento de sanção;

IV Emitir parecer técnico de análise da prestação de contas parcial/final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei nº 13.019/2014;

V Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

VI Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

VII Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão no Plano de Trabalho ou sem conhecimento da Administração.

Art. 2º. A gestora da parceria, por força de atribuições formalmente estatuídas, tem particulares deveres que, se não cumpridos, poderão resultar em responsabilização civil, penal e administrativa, conforme Lei 8.112/1990 - RJU, no Art. 127 ao Art. 131.

Art. 3º. A servidora designada no artigo anterior atestará ciência de sua responsabilidade mediante assinatura no ANEXO ÚNICO desta Portaria.

Art. 4º. Na ausência da servidora Wellise da Silva Nunes, fica designado como suplente perante a Associação Esportiva dos Veteranos de Parauapebas – ASSEVEPA a servidora Solange Pereira Campos, Técnico Adm – Mat nº 403, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Parauapebas.

Art. 5º. Revogam – se a portaria nº 102/2023 publicada em EDOMP nº 18131 em 11/10/2023, todas as demais disposições em contrário.

Parauapebas – PA, 17 de outubro2023.

JORGE ANTÔNIO BENÍCIO Secretário Adjunto Municipal de Esporte e Lazer Decreto nº 234/202 Lia da Costa Miranda Secretária Municipal de Esporte e Lazer Decreto nº 971/2022-SEMEL ANEXO ÚNICO PORTARIA Nº 105/2023– DESIGNAÇÃO DE GESTOR DE PARCERIA DADOS DA PARCERIA	
UNIDADE ADMINISTRATIVA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SEMEL
ENTIDADE CONVENIADA	Associação Esportiva dos Veteranos de Parauapebas - ASSEVEPA
CNPJ:	44.898.510/0001-01
VIGÊNCIA	Novembro/2023 a Janeiro/2024
OBJETO	"Promover o esporte, por meio da modalidade esportiva futebol, através da realização do campeonato quarentão 2023."

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO
Eu, Wellise da Silva Nunes (Auxiliar Adm – Mat nº 6932), declaro-me ciente da designação ora atribuída e das funções que são inerentes à fiscalização da parceria acima mencionada.

Assinatura da Gestor/Fiscal
Protocolo: 16841

LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL

DIRETORIA LEGISLATIVA

LEI ORDINÁRIA

ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
LEI Nº 5.323, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023
OBRIGA A FIXAÇÃO, EM LOCAL VISÍVEL, DO NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELOS ESTABELECIMENTOS FARMACÊUTICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS Faço saber que a Câmara Municipal rejeitou o veto e eu, no uso das minhas atribuições legais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Todos os estabelecimentos farmacêuticos no âmbito de Parauapebas ficam obrigados a fixar, em local visível ao público, as seguintes informações:

I – nome do farmacêutico responsável técnico;

II – número do registro do farmacêutico no Conselho Regional de Farmácia (CRF);

III – número do telefone da Vigilância Sanitária para reclamações e orientações.

Art. 2º O descumprimento desta Lei, a cada fiscalização, acarretará:

I – advertência, com notificação dos responsáveis para a regularização no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias; e

II – em caso de reincidência ou da não regularização dentro do prazo estipulado no inciso I deste artigo, aplicação ao infrator de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sem prejuízo das sanções previstas nas leis que preveem as referidas isenções.

Parágrafo único. A multa de que trata o inciso II deste artigo será atualizada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

Art. 3º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas/PA, 11 de outubro de 2023.

RAFAEL RIBEIRO OLIVEIRA
Presidente da Mesa Diretora

Protocolo: 16824